

Eça de Queirós: migrações e fronteiras

Eça de Queirós: migrations and borders

António Manuel Ferreira

CLLC, Universidade de Aveiro
antonio@ua.pt

Palavras-chave: Eça de Queirós, fronteira, migração.
Keywords: Eça de Queirós, border, migration.

1. As questões da emigração e das fronteiras fazem parte do universo queirosiano, em diversos planos. Desde logo, convém lembrar que, a partir de 1872, Eça começa a viver e a trabalhar fora de Portugal. Com efeito, nesse ano partiu para Havana, a fim de desempenhar as funções de cônsul, uma profissão que continuará a exercer em Newcastle (1874), Bristol (1878) e Paris (1888). Da sua passagem por Havana, não colheu o jovem escritor memórias muito positivas; mas foi de grande proveito a viagem que, em 1873, o levou a percorrer algumas cidades dos Estados Unidos da América e do Canadá. Sobre essa viagem escreveu uma longa carta a Ramalho Ortigão, onde refere os “pesados dias de Cuba” (Queirós, 1978, p. 26), em contraste com as belezas naturais e urbanas do Canadá, e, em especial, com o feitiço de Nova Iorque, uma cidade que o fascinou totalmente, apesar dos muitos defeitos que nela viu¹.

Escrevendo acerca da sua experiência em Cuba, Eça vai expondo algumas considerações de teor pessoal e profissional que hão de ser continuadas em epístolas ulteriores, remetidas de outros países a diversos destinatários. Não raras vezes, a escrita epistolar de Eça adquire um tom lamentoso que, mesmo quando é matizado pelo filtro da ironia, veicula informações preciosas, no que diz respeito à situação social e psicológica do escritor “exilado”. Assim, atente-se na carta datada de “Havana, 1873”, e dirigida ao “Meu querido Ramalho”, onde podemos ler o seguinte:

Enquanto a mim, meu amigo, que lhe direi que Você não tenha concebido?
Estou longe da arte e portanto longe da serenidade e do contentamento. Saí da

¹ “Nunca saiu nada de Nova Iorque – nem um homem, nem uma ideia, nem um livro, nem uma máquina, nem uma vitória, nem um quadro, nem um dito. Nova Iorque é um *tour-de-force* da brutalidade – nada mais. E no entanto, meu amigo, que diabo! – é necessário amá-la” (Queirós, 1978, p. 32).

minha atmosfera e vivo inquieto, num ar que não é meu. [...] Eu preciso política, crítica, corrupção literária, humorismo, estilo, colorido, palheta; aqui, estou metido num hotel, e quando discuto, é sobre câmbios – e quando penso, é sobre *coolies*. (Queirós, 1978, p. 20)

O desamparo de Eça intensifica-se quando é contrastado com a sorte do amigo, pois enquanto Ramalho, em Lisboa, “arregaça os punhos para amassar a verdade e deitá-la ao forno das *Farpas*”, o cônsul em Havana prepara-se para “ir convencer o Capitão-General de que os Chinas não são inteiramente inferiores aos cães”, ou veste “a *casaca-arreio*, para ir para a sala do hotel, conversar sobre coisas graves com os americanos de Nova Iorque, que estão aqui «*a ares!*»” (Queirós, 1978, p. 21).

A estada em terras inglesas também não parece ter sido muito exaltante, porquanto, como se pode ler numa carta enviada ao Conde de Arnoso, “Tudo, nesta sociedade, me é desagradável – desde a sua estreita maneira de pensar até ao seu indecente modo de cozer os legumes” (Queirós, 1978, p. 92). Sabe-se, todavia, que o escritor manteve uma ligação forte com a cultura inglesa, e, em 1885, a sua opinião afigura-se bastante razoável: “Eu detesto a Inglaterra, mas isso não impede que ela seja, como nação pensante, talvez a primeira. Taine disse a segunda... Mas Taine era francês” (Queirós, 1978, p. 97). Nesta perspectiva, e de acordo com Teresa Pinto Coelho, “a admiração queirosiana pela cultura e literatura inglesas é muito mais complexa do que a crítica tem vindo a afirmar” (Coelho, 2010, p. 16).

A mudança para Paris, em 1888, amenizou um pouco as amarguras do sentimento de exílio², mas não diminui a vontade de regressar a Portugal, como se pode verificar, por exemplo, numa carta de 28 de janeiro de 1890, dirigida a Oliveira Martins:

Isto não quer dizer que eu não tenha desejo de recolher à minha Pátria: mas isso é difícil, por questões orçamentais; e, a ficar na carreira, então desejo ficar em Paris. Se Vocês, todavia, homens poderosos, pudessem arranjar aí um nicho ao vosso amigo há tantos anos exilado, teríeis feito obra amiga e santa! Era necessário porém descobrir o nicho! E depois, arranjar do nosso bom amigo, o Rei, que eu fosse plantado no nicho! (Queirós, 1978, pp. 188-189)

As razões invocadas por Eça de Queirós para permanecer no estrangeiro são, portanto, do domínio da sobrevivência económica, antecipando, de algum modo, o que acontecerá, cerca de cem anos mais tarde, com Jorge de Sena, outro exilado igualmente incapaz de se libertar do apelo das raízes geoculturais e afetivas.

² Em carta a Ramalho Ortigão, enviada de Newcastle, em fevereiro de 1875, Eça apresenta-se como sendo “um pobre exilado entre os Bretões” (Queirós, 1978, p. 35); e, em abril de 1878, escreve também de Newcastle e ao mesmo amigo o seguinte: “Acresce a isto, que neste degredo, faltam-me todas as condições da excitação intelectual. *Há um ano que não converso!* Isto, aí, lido na Calçada dos Caetanos, pode-lhe parecer pueril – mas digo-lhe que é apenas dilacerante. As minhas relações são pessoas perfeitamente idiotas, que nunca leram um livro, que não suspeitam sequer de que eu o faça, e que pensam que o único produto da inteligência humana é o *Times* (Queirós, 1978, pp. 56-57). Segundo Carlos Reis, “parece evidente que os motivos profissionais que fizeram de Eça, por quase toda a vida, um «exilado» por vontade própria concorreram certamente para o destaque que no seu imaginário pessoal ocupam temas e atitudes que importa aqui ter em conta: o tema do exílio (ainda que, repito, por escolha própria), a vivência da saudade e o culto da distância como critério de análise crítica” (Reis, 2003, p. 270).

Habitados a conviver com os romances queirosianos e com as suas figuras de portugueses nem sempre motivadoras, é fácil cairmos na tentação de pensar que o país representado nos romances deflui da visão intrínseca do escritor. A leitura atenta da *Correspondência* permite-nos, todavia, dar conta de um registo mais intimista e desprotegido que, muitas vezes, nos apresenta um português expatriado, constantemente interessado pela vida do seu país, essa “pequena nau” que “tem visto grandes tormentas (Queirós, 1978, pp. 211-212). Além disso, Eça aparece recorrentemente dominado por uma saudade multimoda, que vai desde o clima e o sabor dos alimentos até ao convívio amical que o resgataria da “viuvez da alma” (Queirós, 1978, p. 58) e da vontade de às vezes “recorrer ao conhaque”³. Este recurso nunca é utilizado, mas a justificação para a sua recusa, embora seja muito engraçada, também revela a dolorosa solidão do escritor:

Tenho sofrivelmente cabelos brancos, e – por que não direi tudo? – dá-me às vezes vontade de recorrer ao conhaque, para me criar um paraíso artificial. Felizmente, o meu estômago tem ódio aos álcoois e adora o Bordéus: mas o Bordéus é para mim como a água das éclogas de Virgílio. Sem isso, repetia talvez a triste situação de Musset e de quase todos os humoristas ingleses. (Queirós, 1978, p. 60)

No domínio do desamparo humano, o sofisticado escritor não parece distinguir-se muito de qualquer emigrante português, tanto do passado como do presente.

2. Na diversificada tipologia da escrita queirosiana, o tema da emigração surge em vários textos, desde os romances até aos trabalhos incluídos em *As Farpas*. É precisamente nesta obra que estão insertos dois artigos muito importantes. Trata-se do texto publicado em janeiro de 1872, dedicado ao tema da vaga de emigração de portugueses para os Estados Unidos da América, e do texto que Eça editou, em fevereiro do mesmo ano, acerca da figura do “brasileiro” na sociedade portuguesa oitocentista.

Eça de Queirós não prestou muita atenção ao brasileiro enquanto personagem romanesca, ao contrário do que fez, por exemplo, Camilo Castelo Branco, cujas novelas nos apresentam uma galeria imensa de portugueses que retornaram do Brasil, ora ricos, ora tão miseráveis como quando partiram. É claro que as personagens queirosianas são diferentes das de Camilo, porque o conhecimento que os dois escritores tinham de Portugal era também muito distinto. O autor de *Os Maias* confessa a sua ignorância acerca de Portugal e dos seus habitantes, em afirmações tão importantes como as seguintes:

Da gente portuguesa conheço apenas a alta burguesia de Lisboa – que é francesa – e que há-de pensar à francesa, se algum dia vier a pensar. Como é feito por dentro o português de Guimarães e de Chaves? Não sei. O *Padre Amaro* é mais adivinhado que observado. E por proibidade de artista eu tenho uma

³ Acerca da importância da amizade na vida do romancista, Jaime Cortesão escreveu o seguinte: “Outra das suas qualidades mestras foi a cordialidade inata e transbordante. Das suas cartas íntimas entorna-se ternura. Como Aristóteles ou Cícero, possui, com o alto sentido, o nobre culto da amizade. Para o colhermos em flagrante, há que buscá-lo na correspondência epistolar com os seus maiores amigos” (Cortesão, 1970, p. 37).

ideia de me limitar a escrever contos para crianças e vidas dos grandes Santos. (Queirós, 1978, p. 65)

Eça preocupava-se realmente com esta questão, porque entendia que o facto de estar longe de Portugal prejudicava o seu trabalho de romancista. E é verdadeiramente impressionante a consciência autocrítica do escritor que, em diversas ocasiões, comentou os seus romances com um rigor analítico muito apurado. São, por isso, inteiramente pertinentes as suas considerações acerca dos malefícios de viver no estrangeiro, sendo um escritor português cuja matéria básica é igualmente portuguesa. Em carta a Ramalho Ortigão, remetida de Newcastle, coloca a questão nestes termos:

Eu trabalho nas *Cenas Portuguesas*, mas sob a influência do desalento. Convenci-me de que um artista não pode trabalhar longe do meio em que está a sua matéria artística [...] Longe do grande solo de observação, em lugar de passar para os livros, pelos meios experimentais, um perfeito resumo social, vou descrevendo, por processos puramente literários e à priori, uma sociedade de convenção, talhada de memória. (Queirós, 1978, pp. 55-56)

O artigo acerca da emigração, publicado em *As Farpas*, contém passagens que se tornam muito desconfortáveis para o leitor português da segunda década do século XXI, porque é fácil cair na tentação de imaginar que Eça escreve não sobre o século XIX, mas sobre a nossa contemporaneidade. Logo no início do texto, o escritor afirma que “Em Portugal quem emigra são os mais enérgicos e os mais rijamente decididos” (Queirós, 1979, p. 313), e a atualidade desta constatação continua nos moldes seguintes:

Nós estamos num estado comparável somente à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma decadência do espírito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se, a par, a Grécia e Portugal. [...] E nós emigramos, pelo mesmo motivo que o Grego emigra – a necessidade de procurar longe o pão que a Pátria não dá. (Queirós, 1979, pp. 314, 315, 316)

No prosseguimento da sua argumentação, Eça chega mesmo a dizer que “O País é belo, sim, de deliciosa paisagem. Mas a política, a administração, tornaram aqui a vida intolerável. Seria doce gozá-la, não tendo a honra de lhe pertencer. *Só se pode ser português – sendo-se inglês*” (Queirós, 1979, p. 317). Ora, vendo como hoje os governantes de Portugal acarinhos os turistas, os reformados de países ricos e os chamados investidores estrangeiros; e não podendo esquecer a anglomania das nossas universidades, só podemos concluir que não sendo Eça vidente, era, no entanto, um lúcido conhecedor de certas idiosincrasias da sua terra. Repare-se ainda na maneira lúcida e acutilante como o escritor disserta, em fevereiro de 1872, acerca da figura do “Brasileiro”, aproximando-o dos portugueses que não emigram:

Ora o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário – é um trabalhador. E tu português não és formoso, etc. – és um man-

drião! De tal sorte que te ris do brasileiro – mas procuras viver à custa do brasileiro. Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias: – e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome! (Queirós, 1979, II, p. 92)

Note-se ainda que, ao contrário do que por vezes se julga, Eça gostava muito de Portugal, como se pode verificar em muitos passos da *Correspondência*. Sirva de exemplo, entre muitos outros, esta passagem de uma carta dirigida ao Conde de Arnoso, datada de Paris, 29 de junho de 1899: “E tu? Em Cascais? Em Sintra? Tempo aqui horrendo, ora vertendo chamas sobre os pobres corpos nossos, ora ameaçando neve! Eu, adoentado, sempre saudoso desse Paraíso” (Queirós, 1978, p. 276).

3. A viagem e as fronteiras fazem parte dos romances de Eça, bastando lembrar, por exemplo, a fugaz experiência brasileira de Basílio (*O Primo Basílio*), as deambulações de Fradique Mendes pelo mundo (*A Correspondência de Fradique Mendes*), a jornada de Teodorico Raposo até à Terra Santa (*A Relíquia*), ou as viagens de Carlos da Maia (*Os Maias*), quando faz a sua *Bildungsreise* classista pela Europa, e quando, após o desfecho dos seus amores incestuosos, se demora pelo estrangeiro durante dez anos “de clara conotação homérica” (Reis, 2003, p. 274).

A Ilustre Casa de Ramires, um romance semipóstumo publicado em 1900⁴, aborda, de forma singular, as questões que têm que ver com migrações, em sentido lato, e com fronteiras. Desde logo, a sua publicação, no dealbar do século XX, constitui um indício simbólico de natureza fronteiriça; e Gonçalo Mendes Ramires é, em alguns planos, uma personagem dividida entre vários espaços e diferentes tempos, sendo naturalmente afetado pela diversidade espaciotemporal.

Do ponto de vista genológico, o romance constitui igualmente um exemplo de texto híbrido, pois lida com diversificadas tipologias textuais, bem como com diferenciadas orientações estéticas. A arte narrativa de Eça, sempre muito bem arquitetada, não tem a liberdade formal e deambulante da novelística camiliana; porém, em *A Ilustre Casa de Ramires*, o romancista rendibiliza todos os seus recursos, elaborando um texto compósito e movente que, entre outras coisas, e segundo Carlos Reis, nos oferece “a melhor novela histórica do nosso século XIX” (Reis, 2014b, p. 24), apesar de, em carta ao Conde de Sabugosa, o escritor afirmar que “A novela histórica é um género abominável” (Queirós, 1978, p. 179).

A eminente ensaísta Marie-Hélène Piwnik escreveu, acerca de *A Ilustre Casa de Ramires*, uma série de excelentes ensaios, cujas teses interpretativas obrigam a rever todas as leituras enaltecidas que marcaram alguma crítica novecentista do romance queirosiano⁵. Um dos artigos de Piwnik intitula-se, sintomaticamente, “Gonçalo Ramires, história de uma degeneração” (Piwnik, 2012, pp. 17-30), e o interesse do título não está apenas no trocadilho bem elaborado, mas, sobretudo, no anúncio sintético de uma leitura abertamente repulsora das pretensas virtudes regeneradoras de Gonçalo, o protagonista do romance, bem

⁴ “Para mais, a história de Gonçalo Mendes Ramires não era nova nem desconhecida, quando esta obra, adequadamente entendida como semipóstuma, viu a luz do dia” (Reis, 2014, p. 8).

⁵ “O romance [...] foi lido durante quase todo o século XX como o símbolo de uma regeneração tanto do protagonista como de todo Portugal” (Piwnik, 2012, p. 53).

como da sua hipotética simbologia. Ao caracterizar a personagem, a estudiosa demonstra o seu vasto e refletido conhecimento da obra, podendo afirmar, com assertividade, que Gonçalo é “um degenerado”, que “Dos Ramires apenas herdou um terrífico apetite (que parece compensar uma inapetência sexual manifesta) e uma cordial familiaridade com os inferiores, que lhe dá segurança. Com efeito, Gonçalo é à evidência um fraco, uma fêmea ou, no melhor dos casos, uma criança” (Piwnik, 2012, p. 23).

Na verdade, Gonçalo Ramires é um homem com uma personalidade ambígua, que pode despertar no leitor sentimentos contraditórios. Não me parece que seja uma “fêmea”, como afirma Marie-Hélène Piwnik, mas é certamente uma pessoa um pouco perdida entre as exigências impostas pela tradição – porque é descendente de uma das famílias mais antigas de Portugal – e os sinais de mudança que conformam a vida privada e social do homem moderno. Neste sentido, Carlos Reis chama justamente a atenção para um facto singular: Gonçalo é “um fidalgo que trabalha” (Reis, 2014b, p. 17). Trata-se, todavia, de um ofício muito particular, porquanto a personagem pretende assumir as funções de escritor para, através da publicação de uma narrativa histórica, poder ascender nos meios políticos de Lisboa. Gonçalo não é, portanto, um escritor, que possa ficar satisfeito com os proventos do seu trabalho criativo, como aconteceu, por exemplo, com Teixeira de Pascoaes, quando, em carta a Raul Brandão, confessa o seguinte: “É o primeiro dinheiro ganho por mim neste mundo” (Brandão & Pascoaes, 1994, p. 65).

Gonçalo escreve apenas para edificar “com sagacidade, sobre a base do seu imenso nome histórico, uma pequenina nomeada política” (Queirós, 2014, p. 61). Não lhe interessa a literatura, nem o trabalho, pois, sendo formado em direito, não podia advogar, por causa daquele “seu horror ingénito, quase psicológico, a autos e papelada forense” (Queirós, 2014, p. 61). O problema de Gonçalo Ramires resulta do facto de, vivendo de rendas, não ter dinheiro suficiente para se integrar na vida elegante de Lisboa, “entre a sua parentela histórica” (Queirós, 2014, p. 61). Escrever é, portanto, apenas um pretexto pragmático; e quando consegue ser eleito deputado, a própria atividade política parece transformar-se rapidamente em ostensiva ociosidade:

[...] em Lisboa, andou sempre nos *Carnet-Mondain* e *High-Life* dos jornais, nas notícias de jantares, do *raouts*, de tiros aos pombos, de caçadas de El-Rei [...] Em Vila Clara, na Assembleia, o João Gouveia já encolhia os ombros, rosnando: — “Desandou em janota!” (Queirós, 2014, p. 360)

No remate do penúltimo capítulo do romance, sabemos que a superficialidade política de Gonçalo não é inteiramente inútil. Na verdade, ele não contribui para o progresso das populações que o elegeram deputado⁶; mas consegue encontrar uma saída para os seus problemas económicos. Através da utilização de dois advérbios (“silenciosamente” e “misteriosamente”), Eça de Queirós explica, de forma magnífica, o triunfo pessoal do deputado:

⁶ Há uma pessoa que lucra com a eleição de Gonçalo: “Videirinha, logo depois da Eleição, recebera de Gonçalo o lugar prometido, fácil e com vagares, para não esquecer o violão. Era amanuense na Administração do Concelho de Vila Clara” (Queirós, 2014, p. 365).

Gonçalo Mendes Ramires, silenciosamente, quase misteriosamente, arranjava a concessão dum vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta histórica de Treixedo, e embarcava em começos de junho no paquete *Portugal*, com o Bento, para África. (Queirós, 2014, p. 360)

O nobre Gonçalo abandona, portanto, os seus domínios de grande senhor rural, e vai procurar a fortuna em Moçambique, na condição de “prazeiro”, um estatuto que, de certa forma, lhe assegura os privilégios “feudais” que detinha em Portugal. A obtenção de um “prazo” na Zambézia, no século dezanove, em tempo de desagregação dessa forma de colonização socioeconómica, constitui um meio de enriquecimento sem qualquer aura de grandeza. Além disso, os dois advérbios utilizados por Eça parecem querer insinuar que o novel deputado não conseguiu o “prazo” pelos caminhos mais lícitos, ou, então, que a necessidade de emigrar para África se afigura como uma solução desprestigiante. E essa solução já havia sido, de certa forma, anunciada e desejada no quarto capítulo do romance, quando Gonçalo escandaliza a irmã Gracinha, ao dizer-lhe o seguinte: “– Com efeito, ando com uma ideia, há dias... Talvez me viesse dum romance inglês, muito interessante, e que te recomendo, sobre as antigas minas de Ofir, *King Salomon’s Mines*... Ando com ideias de ir para a África” (Queirós, 2014, p. 120). E no capítulo quinto, perante uma contrariedade, reforça a vontade de emigrar: “Não se pode viver nesta terra! Um dia vendo casa e quinta, emigro para Moçambique, para o Transval, para onde não haja maçadas...” (Queirós, 2014, p. 185).

Numa leitura simbólica da figura de Gonçalo Mendes Ramires, tem evidente relevo semântico a curiosidade de o paquete em que viaja se chamar *Portugal*⁷; mas, no que diz respeito apenas à idiosincrasia da personagem, tem maior importância ele fazer-se acompanhar por Bento, um criado com uma função entre o ancilar e o paternal, completada pelo papel maternal de Rosa, como se pode ver numa passagem do segundo capítulo do romance: “Gonçalo, que nunca discordava da Rosa ou do Bento, consentiu” (Queirós, 2014, p. 60). Assim como não é um verdadeiro escritor, Gonçalo também não é um grande empresário ou um aventureiro intrépido.

Carlos Reis assinala o facto de *A Ilustre Casa de Ramires* ser uma obra com um final “de certa forma inconclusivo”, lembrando ainda que Eça não “terá revisto” o último capítulo, e “seguramente não acompanhou a publicação do romance [...] ocorrida pouco tempo depois da sua morte” (Reis, 2014b, p. 28). Esta questão é muito pertinente, porque, ao terminar o penúltimo capítulo com a breve referência à partida de Gonçalo para África a fim de explorar o “prazo” que, em silêncio e mistério, lhe foi concedido, o narrador parece desinteressar-se da sua personagem. No capítulo final, as informações acerca de Gonçalo são todas transmitidas por via indireta, através do recurso a uma carta redigida por Maria

⁷ “A partida de Gonçalo para África não significa, necessária e linearmente, uma proposta de expansão colonial e de fixação de interesses em África, como tardia reversão da perda a que o Ultimato conduziu. Mas ela parece apontar para a necessidade de Portugal (significativamente é esse o nome do paquete em que Gonçalo viaja) colher energia e elementos de revitalização em domínios coloniais que permaneciam por explorar, tal como faziam outras nações europeias” (Reis, 2014b, p. 27).

Mendonça, uma senhora muito dada a projetos casamenteiros, e de cuja fiabilidade é lícito duvidar.

A estratégia utilizada por Eça acaba, todavia, por revelar uma grande eficácia pragmática. Com efeito, começando por falar de vestidos, Maria Mendonça dá o tom para o regresso de Gonçalo, “na estação do Rossio” e perante “toda a flor da nobreza de Portugal, da velha, da boa” (Queirós, 2014, p. 367). A ligeireza dos interesses da relatora permite a construção de um retrato de Gonçalo Ramires, “depois dos seus quatro anos de África” (Queirós, 2014, p. 362), e os contornos desse retrato são extraordinários: “Não imaginas como vem...ótimo! Até mais bonito, e sobretudo mais homem. A África nem de leve lhe tostou a pele. Sempre a mesma brancura” (Queirós, 2014, p. 368). No que diz respeito às atividades empresariais, as informações de Maria Mendonça também são preciosas:

Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares. [...] No prazo já se construiu uma grande casa, próximo do rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por oitenta contos. Para felicidade completa, até achou um excelente administrador. Eu todavia duvido que ele volte para a África. (Queirós, 2014, p. 369)

Os fatores de enriquecimento africano de Gonçalo não revelam grande surpresa; mas é digno de nota o facto de ter plantado “dois mil coqueiros”, tendo mantido “sempre a mesma brancura”, que é uma das marcas da sua classe social. A referência ao “excelente administrador” talvez possa funcionar como uma insinuação de que o fidalgo pouco trabalhou, e, por isso, conseguiu manter o alvo tom da pele. Além disso, a eficiência do administrador e a intuição de Maria Mendonça sugerem que Gonçalo já não necessita de regressar a África, e talvez se decida a reatar a escrita, pois “traz notas para um livro” (Queirós, 2014, p. 368). No prazo moçambicano, altamente revalorizado, fica, como marca da passagem do nobre prazeiro, a casa grande, “com vinte janelas e pintada de azul”. Os interesses materiais do herói de *A Ilustre Casa de Ramires* também se manifestam claramente em Portugal, como se pode ver numa das passagens finais do romance, quando Titó, Videirinha e Gouveia visitam as obras de renovação da cavalaria da casa dos Ramires, e Titó, que, em vários aspetos, funciona como contraponto do amigo Gonçalo, afirma o seguinte: “- Veja você! Exclamou ele para o Gouveia, que acendia o charuto. Você a negar!...Mobílias, obras, égua inglesa...Tudo já dinheiro de África” (Queirós, 2014, p. 371)⁸.

Na interessante carta de Maria Mendonça, é abordada ainda outra questão fundamental, que tem que ver com o futuro de Gonçalo. Trata-se do casamento, entendido, na perspetiva da personagem, como um ato preponderantemente comercial:

⁸ As exclamações de Titó são importantes, porque ele também teria gostado de tentar a fortuna em África, como se pode ver no capítulo quarto do romance: “Pois Titó aprovava a ideia. Também ele, se arranjasse um capital, dez ou quinze contos, tentava a África, a traficar com o preto...E também se fosse mais pequeno, mais seco. Que homens do seu corpanzil, necessitando muita comezaina, e muita vinhaça, não aguentam a África, rebentam! (Queirós, 2014, p. 132).

Ela é realmente uma beleza. E tão simpática, tão bem-educada!...Diferença de idade, apenas onze anos; e o dote tremendo. Falam em quinhentos contos. Há apenas a questão de sangue e o dela, coitadinha...Enfim, como se diz em heráldica, – *o Rei faz a pastora Rainha*. E os Ramires, não só vêm dos Reis, mas os Reis vêm dos Ramires. (Queirós, 2014, p. 389)

A relação entre Gonçalo e Rosinha – a suposta futura noiva – já vem de longe, e não consta no romance que houvesse de parte do regressado africanista algum interesse amoroso pela menina, como não hão há, de resto, por nenhuma mulher. Com efeito, antes da emigração para Moçambique, Gonçalo ainda parece admirar D. Ana Lucena, pensando “Que linda pele! Que bela criatura!...” (Queirós, 2014, p. 108). No entanto, a sua verdadeira apreciação dos dotes físicos da bela senhora é claramente expressa em observações como esta: “A mulher, esplêndida peça de carne, como filha de carneiro, – mas sem migalha de graça ou alma. E que voz, Jesus, que voz! Gente pedante e sabuja...” (Queirós, 2014, p. 112). Perante a observação de Barrolo, que vê D. Ana como uma “Mulher soberba! Um quebrado de quadris, uns olhos, um peitoril...” (Queirós, 2014, p. 118), Gonçalo responde: “– Sim [...] bela como uma bela égua [...] Nem que ela se me oferecesse, de joelhos, em camisa, com os duzentos contos do Sanches numa salva de ouro!” (Queirós, 2014, p. 119).

Quando D. Ana fica viúva, “aos vinte e oito anos, sem filhos, naturalmente herdeira, com o seu mealheiro de duzentos contos...Talvez mais!” (Queirós, 2014, p. 163), Gonçalo pensa em propor casamento à rica senhora, pensando apenas na herança:

Com esse puro ouro, e o seu nome, e o seu talento, não necessitaria para dominar na Política a refalsada mão do Cavaleiro...E depois que vida nobre e completa! A sua velha Torre restituída ao esplendor sóbrio de outras eras; uma lavoura de luxo no histórico torrão de Treixedo; as viagens fecundas às terras que educam!...E a mulher que fornecia estes regalos não lhes amargava o gozo, como em tantos casamentos ricos, com a sua fealdade, os seus agudos ossos, ou a sua pele relentada...Não! Depois do brilho social do dia não o esperava na alcova um mostrengo – mas Vénus. (Queirós, 2014, p. 276)

Repare-se que a referência a Vénus surge apenas no remate do parágrafo, como uma espécie de consolo suplementar. O que interessa realmente é a riqueza da viúva. Mas, gorado o projeto de casamento com D. Ana Lucena, porque, segundo Titó, seu amante, “Não há criatura mais manhosa, nem mais disfarçada” (Queirós, 2014, p. 290), só resta a Gonçalo enveredar pela política, a fim de, por esse meio, conseguir a concessão do prazo moçambicano. E é precisamente no campo do interesse particular que se situa o relacionamento com Rosinha, que ora é apresentada como filha, ora como neta, do visconde de Rio-Manso⁹. De facto,

⁹ No capítulo sexto, Gracinha diz que “– A filha do visconde de Rio-Manso, a Rosinha Rio-Manso...É linda!” (Queirós, 2014, p. 221). No capítulo sétimo, o visconde “vivia solitariamente com uma neta de onze anos, essa linda Rosinha que chamavam «o botão de Rosa», a herdeira mais rica de toda a província” (Queirós, 2014, p. 228). No capítulo oitavo, vem do próprio visconde a informação do encontro entre Rosinha e Gonçalo: “Pois uma tarde o Sr. Gonçalo Mendes Ramires passava a cavalo pela quinta da *Varandinha*, quando a sua neta, brincando no terraço [...] deixou escapar uma péla para a estrada” (Queirós, 2014, p. 265). Na carta de Maria Mendonça, Rosinha

quando o visconde visita Gonçalo, em agradecimento do “precioso cesto de rosas” (Queirós, 2014, p. 266) que o fidalgo havia enviado a Rosinha, o pensamento do futuro deputado não poderia ser mais pragmático: “«Oh senhores, que simpático homem! E que generoso homem, que paga rosas com votos! Ora vejam como às vezes, por uma pequenina atenção se ganha um amigo»” (Queirós, 2014, p. 267).

O narrador de *A Ilustre Casa de Ramires* não se intromete na questão do casamento do protagonista, e entrega à casamenteira Maria Mendonça a responsabilidade por essa importante tarefa. Se Gonçalo vier a casar-se com Rosinha, talvez se assegure a continuidade dos Ramires, e juntam-se duas fortunas. Curiosamente, ambas as fortunas são provenientes da emigração: a do africanista Gonçalo provém do prazo moçambicano, e a de Rosinha advém do visconde de Rio-Manso, “um velho brasileiro, dono da Quinta da *Varandinha*” (Queirós, 2014, p. 228).

Numa passagem do capítulo quarto do romance, Gonçalo manifesta, com toda a clareza, a sua aversão ao casamento, nos termos seguintes: “Eu por mim não caso, não tenho jeito” (Queirós, 2014, p. 117). Trata-se, porém, de uma afirmação proferida por um homem com total ausência de autoridade. De facto, o fidalgo da torre não tem credibilidade: é covarde, mentiroso, fraco e interesseiro, manifestando, além disso, sinais evidentes de uma tendência misógina, que o leva, por exemplo, a “vender” a honra da irmã ao influente André Cavaleiro: “E recomendaria a Gracinha que, para mais honrar a doce festa, se decotasse, pusesse o seu colar magnífico de brilhantes, a derradeira joia histórica dos Ramires” (Queirós, 2014, p. 182). Mais do que padecer de “uma crise de vontade” (Reis, 2014b, p. 23), Gonçalo é portador de uma *falha*, “a falha de pior desdouro, essa irremediável fraqueza da carne, que, irremediavelmente, diante dum perigo, uma ameaça, uma sombra, o forçava a recuar, a fugir...” (Queirós, 2014, p. 294).

Referências bibliográficas

- Barcellos, J. C. (2001). Homossociabilidade masculina e homoerotismo na ficção de Eça de Queirós. In M. F. Scarpelli & P. M. Oliveira (Eds.), *Os centenários: Eça, Freyre, Nobre* (pp.127-150). Belo Horizonte: CESP-FALE-UFGM.
- Coeelho, T. P. (2010). *Londres em Paris. Eça de Queirós e a Imprensa Inglesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cortesão, J. (1970). *Eça de Queiroz e a Questão Social*. Lisboa: Portugália Editora.
- Piwnik, M-H (2012). *Eça de Queiroz Revisitado. Propostas de Leitura*. Guimarães: Opera Omnia.
- Queirós, E. (1978). *Correspondência*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Queirós, E. *A Ilustre Casa de Ramires*. Coordenação e edição de texto de Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Queirós, E. (1979). *Uma Campanha Alegre*. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Reis, C. (2014). Nota Prévia. In E. de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*. Coordenação e edição de texto de Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Reis, C. (2014b). Introdução. In E. de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*. Coordenação e edição de texto de Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Reis, C. (2003). Eça de Queirós e o motivo do Regresso. In F. de Oliveira, (Ed.), *Penélope e Ulisses* (pp. 269-281). Coimbra: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos.

volta a ser filha: “Ah, já esquecia! Estava também o visconde de Rio-Manso, com a filha, a Rosinha” (Queirós, 2014, p. 368).

Resumo

Profissionalmente, Eça de Queirós viveu quase toda a sua vida fora de Portugal: primeiro em Havana, e depois em Newcastle, Bristol e Paris. É, por conseguinte, muito natural que o escritor tenha abordado o tema da emigração, tanto em escritos epistolares como em obras de ficção.

Abstract

Professionally, Eça de Queirós lived almost all his life outside of Portugal: first in Havana, then in Newcastle, Bristol and Paris. It is, therefore, very natural that the writer has addressed the subject of emigration, both in epistolary writings and in works of fiction.